

REQUERIMENTO, 61 DE 2013
(Do Sr. PADRE TON)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, por meio do Ministério da Justiça, sugerindo priorizar a demarcação da Terra Indígena Cachoeira Seca do Iriri, nos Municípios de Placas e Uruará, no Estado do Pará.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, REQUEIRO a V. Exª. seja encaminhada ao Poder Executivo a indicação anexa, sugerindo priorizar a demarcação da Terra Indígena Cachoeira Seca do Iriri, nos Municípios de Placas e Uruará, no Estado do Pará.

Sala das Sessões, 16 de maio de 2013.



PADRE TON
Deputado Federal – PT/RO



25365E4406

INDICAÇÃO Nº , DE 2013
(Do Senhor Padre Ton)

Sugere que a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, priorize a desintrusão da Terra Indígena Cachoeira Seca do Iriri, nos municípios de Placas e Uruará, no Estado do Para.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça,

Com grande apreço e consideração nos dirigimos a Vossa Excelência discutir o problema da demarcação física da Terra Indígena Cachoeira Seca do Iriri, com áreas abrangidas pelos Municípios de Placas e Uruará, ambos no Pará. A demarcação física dessa área faz parte das condicionantes da Usina de Belo Monte.

Ocorre que a referida demarcação depende do reassentamento de cerca de 500 famílias de pequenos agricultores presentes no perímetro, sendo que uma parte deles foi assentada pelo próprio INCRA há mais de 10 anos.

Portanto, a demarcação implica em um esforço coordenado, envolvendo órgãos como o INCRA, IBAMA, Terra Legal, Ministério Público, Consórcio Norte Energia, Prefeituras Municipais de Placas e Uruará, além da própria FUNAI, para que o resultado seja satisfatório.

Neste sentido, INDICO a urgente necessidade de que a Funai, com o apoio dos demais órgãos competentes, priorize a demarcação física da Terra Indígena Cachoeira Seca do Iriri, devendo para isso envidar todos os esforços possíveis para reassentar as famílias que atualmente ocupam a área.

Sala das Sessões, 16 maio de 2013.



PADRE TON

Deputado Federal PT/RO



25365E4406

1. APRESENTAÇÃO	03
1.1 PROGRAMAÇÃO	03
2. A EXPERIÊNCIA DA TRANSAMAZÔNICA	05
3. A ESCOLA FAMILIAR RURAL	07
4. O PROBLEMA DA ENERGIA ELÉTRICA	09
5. BELO MONTE E SEUS PRIMEIROS EFEITOS	10
5.1 DESCUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES	11
5.2 FALTA DE DIÁLOGO COM OS ATINGIDOS	12
5.3 REASSENTAMENTO DAS FAMÍLIAS	13
5.4 A AÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E INDÍGENAS	14
5.6 A REPETIÇÃO DO MODELO	18
6. ENCAMINHAMENTOS	20
ANEXOS	22

1. APRESENTAÇÃO

A viagem em missão oficial da Comissão de Legislação Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados à Região do Complexo Hidrelétrico do Xingu, objeto do Req. 54.2013, de iniciativa do Dep. PADRE TON, teve o objetivo de *“ouvir autoridades regionais e representantes da sociedade civil acerca dos impactos da construção de Belo Monte, no Rio Xingu”*.

A apresentação do requerimento foi motivada, segundo o autor, por diversos pedidos de integrantes do Ministério Público de Altamira, movimentos sociais críticos ao empreendimento, associações de atingidos pela barragem e, especialmente, por lideranças indígenas, uma vez que o mesmo preside a Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas na Câmara dos Deputados.

Apesar de aberta aos demais parlamentares da CLP e aos representantes do Estado do Pará, a Delegação foi integrada apenas pelo Dep. PADRE TON, do Partido dos Trabalhadores de Rondônia, que foi acompanhado de seu Assessor Legislativo, Ms. LUIZ RODRIGUES DE OLIVEIRA. Em território paraense a Delegação contou com apoio de religiosos da Paróquia de Placas, do Conselho Indigenista Missionário – CIMI e do Movimento Xingu Vivo para Sempre, com sede em Altamira.

1.1 Programação da visita

1) Dia 1ª de maio

- a) 9h59 – Saída de Brasília para Santarém/PA, em voo da GOL. Chegada em Santarém/PA às 16h10. A Delegação foi recebida no aeroporto da cidade pelo Padre Rodolfo e a Irmã Madalena, ambos de Placas/PA.
- b) 17h – Participação em reunião na sede do GTE. Na ocasião, lideranças locais denunciaram que a visita feita por membros do Governo Federal, coordenados pelo Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral, PAULO MALDOS, para dialogar com o Povo Indígena Mundurucu, teria sido uma farsa, uma vez que o acordo firmado com os índios era que a reunião seria na Aldeia Sai-Cinza, e não na sede do Município de Jacareacanga/PA.

2) Dias 02 de maio

- a) 9h – Deslocamento, por via terrestre, de Santarém/PA para Placas/PA em veículo da Paróquia de Placas.

3) Dia 03 de maio

- a) 09h – Visita à Escola Familiar Rural de Placas, localizada acerca de 20 km da cidade, cujo acesso é feito por uma estrada vicinal de terra.

- b) 14h – Participação no Encontro de Lideranças do Regional Transoeste, da Prelazia do Xingu, sobre Direitos Humanos e Povos Indígenas.

4) Dia 04 de maio

- a) 14h – Deslocamento, por via terrestre, de Placas/PA para Altamira/PA, em veículo cedido pela Paróquia de Placas, através da Rodovia Transamazônica.

5) Dia 05 de maio

- a) 8h – Reunião com movimentos sociais críticos ao empreendimento de Belo Monte, sediados em Altamira.
- b) 10h – Primeira tentativa de visitar os indígenas que ocupavam um dos canteiros de obras de Belo Monte.
- c) 11h30 – Visita ao prédio alugado pela Funai, com recursos do Consórcio Norte Energia, onde está instalada provisoriamente a Casa do Índio, em Altamira.
- d) 14h – Após o almoço, nova tentativa de visitar os ocupantes do canteiro de obras.
- e) 18h15 – Visita à comunidade “Invasão dos Padres”, em Altamira, atingida por Belo Monte.
- f) 19h – Visita à comunidade “Boa Esperança”, em Altamira, atingida por Belo Monte.
- g) 20h – Visita à comunidade “Baixão do Tofi”, em Altamira, atingida por Belo Monte.

6) Dia 06/05

- a) 9h – Audiência com a Coordenadora da Casa do Governo Federal em Altamira, Sr^a CLEICE ANTÔNIA DE SOUSA.
- b) 11h30 – Audiência com Coordenador Regional da Defensoria Pública, Dr. FÁBIO RANGEL P. DE SOUZA, em Altamira.
- c) 15h15 – Deslocamento de Altamira para Belém, por via aérea, chegada em Brasília às 22h43.

2. A EXPERIÊNCIA DAS RODOVIAS 163 E TRANSAMAZÔNICA

BR 163

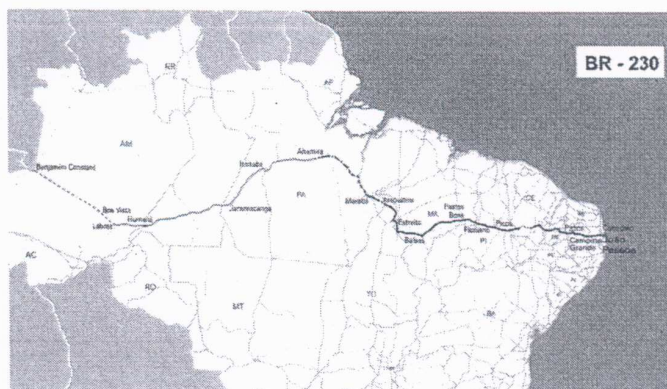
O primeiro trecho percorrido pela Delegação foi o da BR 163, entre as cidades de Santarém e Rurópolis, em que a rodovia se encontra parcialmente asfaltada. Os demais trechos encontram-se em processo de asfaltamento, com galerias, pontes e bueiros construídos e terraplanagem parcialmente feita. Todavia, é visível que a obra está paralisada no momento, devido ao longo período de chuvas que ocorre na região na época do ano que está terminando agora. Como consequência da paralisação das obras, parte da terraplanagem feita foi destruída pela ação da enxurrada que, além de destruir o trabalho já feito, tem o efeito negativo de carregar toneladas de lama para os igarapés que atravessam a rodovia, causando o assoreamento desses cursos d'água.

É evidente que a prática das empresas de suspender as obras na região Amazônica durante o período do “inverno”, considerado entre os meses de outubro e maio, é extremamente prejudicial. Por isso, as obras de infraestrutura na região se arrastam por anos, tornando-se mais caras, de baixa qualidade e, principalmente, causando mais transtornos à população. É passada a hora do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), órgão do Governo Federal responsável pelas obras, adotar medidas mais firmes no processo licitatório para evitar que as empresas ganhadoras trabalhem apenas três ou quatro meses por ano na região amazônica, exigindo o emprego de tecnologia apropriada para evitar esse disparate.

Rodovia Transamazônica

Projetada durante o governo do Presidente EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI, durante o regime militar, a Rodovia Transamazônica (BR 230) é considerada uma obra faraônica, devido às suas proporções gigantescas. Se estivesse totalmente construída, seria a terceira maior rodovia do Brasil, com 4.223 km de comprimento, ligando Cabedelo, na Paraíba à Lábrea, no Amazonas, cortando sete estados brasileiros: Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas¹.

¹ Informações extraídas do site: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rodovia_Transamazônica, em 9/05/2013.



A rodovia fazia parte da estratégia dos governos militares de promover a expansão da fronteira agrícola na Amazônia para aliviar as tensões causadas pela posse da terra nas regiões Sul e Sudeste do País e oferecer uma rota alternativa de migração aos flagelados da seca do Nordeste. A propaganda oficial dizia que pela nova estrada passariam “homens sem terra para terras sem homens”. Mais tarde o ímpeto aventureiro e desbravador dos defensores do empreendimento foi vencido pelo clima chuvoso da região, pela baixa fertilidade natural da terra e pela malária. Com a paralisação da obra, as famílias que já tinham atendido ao chamado do Governo Federal foram abandonadas em plena selva amazônica a mercê da própria sorte.

Após mais de quatro décadas de abandono, o Governo Federal volta a atenção novamente para a região sul paraense apontando para um novo ciclo de grandes projetos, mais uma vez, para responder as necessidades das regiões economicamente mais dinâmicas do País por energia elétrica a fim de suportar a atual expansão econômica. No entanto, as marcas do abandono e do descaso são visíveis nas precárias condições de tráfego da rodovia, na falta de alternativa econômica das famílias, nas quedas frequentes e demoradas de energia elétrica e, principalmente, na desesperança dos moradores.

Os piquetes fincados nas margens da rodovia anunciam que, o tão sonhado, asfaltamento está próximo. Mas, por tantas promessas não cumpridas, os moradores não acreditam mais, dizem que sempre que se aproxima de uma eleição os piquetinhos numerados e pintados de branco reaparecem, mas nada acontece. Na experiência vivida pela Delegação no trecho entre Placas e Medicilândia os controvertidos piquetes foram de grande valia como ferramenta para retirar a lama debaixo dos veículos atolados.



Foto 1: Micro ônibus que faz a linha para Altamira sendo empurrado por passageiros, em um dos inúmeros trechos de atoleiro da Rodovia Transamazônica. Os usuários contam que devido aos atoleiros os micro ônibus são os únicos que conseguem fazer a linha, como não têm banheiro e as viagens são longas, são obrigados a fazer as necessidades no barranco da estrada, as mulheres usam uma toalha para proteger a própria intimidade.

O Estado brasileiro tem uma dívida histórica com a população que vive às margens da Rodovia Transamazônica. O asfaltamento seria o mínimo para trazer alento à economia local e resgatar um pouco da dignidade daqueles pioneiros.

3 – A ESCOLA FAMILIAR RURAL

No dizer do Padre Patrício, pároco de Placas, a Escola Familiar Rural é uma das poucas coisas boas que tem na Transamazônica. O que é uma verdade incontestável, apesar da precariedade em que a instituição de ensino está submetida. Quando a Delegação visitou a escola haviam duas alunas de cama devido a complicação por ingestão de um medicamento administrado para aliviar os efeitos da tensão pré-menstrual.

Construída com recursos doados pela Petrobrás, a escola atende alunos do ensino fundamental e médio em regime de alternância, em que os alunos ficam 15 dias na escola em tempo integral e 15 dias na família, colocando em prática os ensinamentos adquiridos na escola.

Construída há 6 anos, a escola já apresenta marcas da falta de manutenção adequada. Segundo a diretora o principal problema é a precariedade do abastecimento de água e das instalações elétricas. Claramente se faz necessário uma reforma em todas as instalações e adequação dos ambientes para atender as necessidades atuais da escola em termos de laboratórios, acesso à internet, entre outros.

Na raiz dos problemas visíveis está a falta de recursos para manutenção e contratação dos professores. Apesar do caráter público da iniciativa, os governos (das três esferas) classificam tanto as escolas familiares rurais como as escolas famílias agrícolas, esta última presente em outras regiões do País, como entidade de ensino privado sem fins lucrativos. Essa classificação impede o repasse de recursos de custeio, ou seja, para manutenção das necessidades básicas como pagamento de energia elétrica, limpeza, pequenos reparos, entre outros.

No caso das Escolas Familiares do Estado do Pará, segundo informou a diretora da unidade de Placas, durante o Governo de ANA JÚLIA, foi firmado um convênio para ajudar as escolas, mas a atual administração não deu continuidade. Segundo disse, para voltar a receber a ajuda, as escolas precisariam transferir a gestão para a Secretaria de Educação do Estado, incorporando à rede pública. Essa medida é rechaçada pela associação mantenedora da escola. Eles temem perder a autonomia para decidir sobre os aspectos pedagógicos e organização que são diferenciais que fazem desse modelo de educação o mais apropriado para a realidade do meio rural.

Outro problema denunciado pelos alunos é a redução dos contratos temporários dos professores que era de 40 horas semanais e agora é de apenas 20 horas semanais. A consequência imediata foi a falta de tempo dos professores para atividades pedagógicas, tais como visita aos alunos durante o período em que estão nas famílias testando na prática o que aprenderam na escola.

Uma Delegação de professores e pais foi formada para se reunirem com o Governo do Estado do Pará, em Belém, com a finalidade de discutir o apoio às escolas.

Outro ponto que chamou a atenção foi a quantidade de alunos oriundos da zona urbana. De acordo com a diretora, a escola é constantemente procurada pelas famílias para receber alunos que não se adaptam às escolas urbanas. São alunos em conflito com a lei que buscam um ambiente de recuperação. O problema é que as EFRs não foram projetadas com essa finalidade, o que representa um risco de perda da identidade e perturbação no convívio dos alunos.

Apesar dos problemas, no entanto, a escola é bem conceituada no município, vista como um estabelecimento de ensino de qualidade superior, regras bem definidas e professores preparados para enfrentar os obstáculos do dia a dia da sala de aula.



Foto 5: Alojamento da Escola Familiar Rural de Placas, no Pará.

4 – O PROBLEMA DA ENERGIA ELÉTRICA

Por se tratar da região que vai sediar a terceira maior hidrelétrica do mundo, é natural que a questão da falta de abastecimento das populações que vivem próximas a Belo Monte seja levantada como contradição. É comum ouvir dos moradores que as linhas de transmissão passam sobre suas cabeças, emitindo um zumbido típico da energia elétrica em alta tensão sendo transportada, enquanto que suas casas ainda estão na era do candeeiro. Não sabem o que é beber uma água gelada e, tampouco, podem conservar os alimentos.

A título de testemunho, quanto a Delegação esteve em placas a energia elétrica da cidade foi desligada por volta das 3h do dia 4/5 e assim permaneceu até aproximadamente 12h do mesmo dia. Segundo a representante do Governo Federal em Altamira, esse problema é recorrente devido a falta de subestações adequadas ao longo de toda a rodovia, mas que está previsto no âmbito do plano de desenvolvimento da Transamazônica o rebaixamento de rede em todos os municípios antes da conclusão de Belo Monte.

O Programa Luz Para Todos, lançado pelo ex-presidente Lula em 2003, foi um dos maiores sucessos de sua gestão por ter tirado milhões de famílias das trevas. Na Transamazônica, no entanto, o programa se quer havia iniciado. A explicação das autoridades é que a empresa responsável pela distribuição de energia elétrica no Estado do Pará, a Celpa², “quebrou” e só recentemente a massa falida foi adquirida pela empresa Equatorial, que promete recuperar o tempo perdido em termos de modernização das redes, construção de subestações e implantação do Programa Luz Para Todos.

Ainda segundo a representante do Governo Federal em Altamira, os recursos para o Luz Para Todos já estão assegurados, restando apenas finalizar os processos licitatórios de contratação das empresas que vão executar os trabalhos. A impressão geral que se tem a partir das falas tanto dos moradores como das autoridades é que as obras de construção de Belo Monte avançam em ritmo acelerado, sem obstáculos que possam representar atrasos no calendário, em, por outro lado, as compensações socioambientais sofre todo tipo de contratempo a ponto de estabelecer um fosso entre a obra e o cumprimento das condicionantes.

5 – BELO MONTE E SEUS PRIMEIROS EFEITOS

Iniciada em 2011, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, a 50 km de Altamira/PA, já está com cerca de 36% das obras concluídas. Uma visita à parte externa dos canteiros de obra dão uma ideia da dimensão do empreendimento. Entre os números grandiosos podemos citar: Belo Monte será a terceira maior usina hidrelétrica do mundo e a maior totalmente nacional, perdendo apenas para Três Gargantas, na China, e Itaipu Binacional, na fronteira do Brasil com o Paraguai; maior canal artificial já construído no mundo, com 20 km de extensão; e a maior obra pública em andamento no País.

Desde que o primeiro esboço foi apresentado em 1975, o projeto tem sido questionado duramente por especialistas e, principalmente, pelas comunidades atingidas. Indagam se o custo social, ambiental e econômico não é grande demais para seguir em frente com a obra. Uma das principais mudanças incorporadas pelo atual projeto foi a redução significativa da produção de energia elétrica a fim de reduzir os impactos ambientais com o represamento do

² Empresa privatizada em 1998 e recentemente vendida para a empresa Equatorial.

Rio Xingu. Ocorre que essa mudança levanta dúvidas sobre a viabilidade econômica do empreendimento, haja vista que o leilão para escolha do consórcio responsável pela construção e exploração da usina por 30 anos chegou a ser adiado por 2 vezes, sendo que o vencedor é formado basicamente por empresas públicas do ramo.

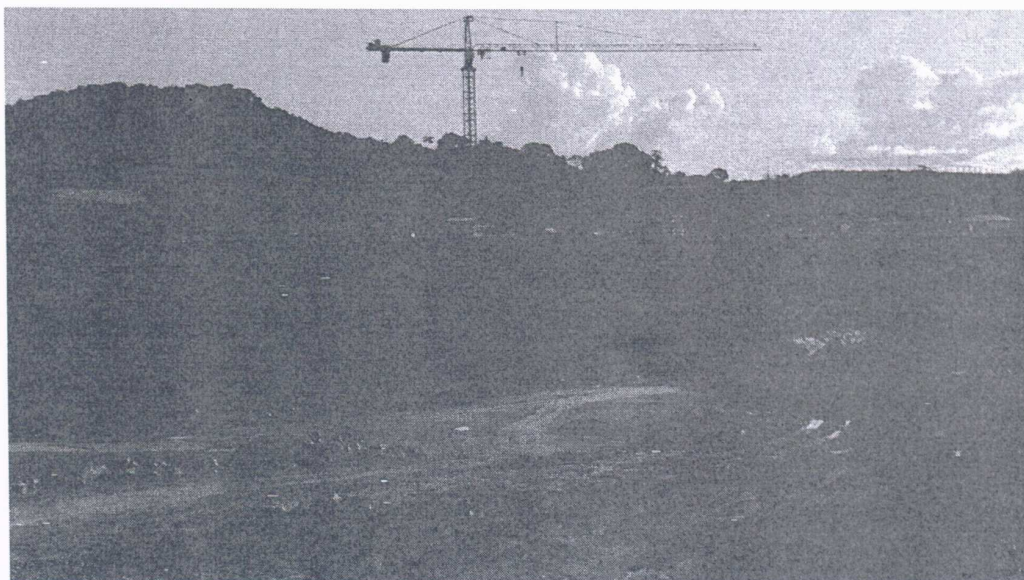


Foto 3: Vista da obra de escavação do canal por onde parte do Rio Xingu será desviado.

Na fase atual, o que a Delegação viu e ouviu na região é que do ponto em que está, o projeto não para mais. “Somente Deus poderia parar a construção de Belo monte”, dizem os atingidos. Com o avanço das obras os primeiros efeitos, alguns previstos e outros não, já começam aparecer, tais como: inchaço da cidade de Altamira, que recebeu em apenas dois anos um incremento populacional de cerca de 30 mil novos habitantes; sobrecarga dos serviços públicos de saúde, educação, transporte e, até mesmo, do sistema de justiça; proliferação de doenças; aumento da prostituição, inclusive com a exploração de menores; aumento da violência, explosão de preços, principalmente dos preços imobiliários, entre outros efeitos negativos.

Apenas a título de exemplo, o contrato de aluguel do prédio onde está instalada a Defensoria Pública do Estado do Pará, em Altamira, foi rescindido a pedido do proprietário. O órgão terá que pagar três vezes mais para se manter no mesmo imóvel.

5.1 Descumprimento das Condicionantes

É fato que existe um fosso muito grande entre ritmo das obras da usina e o cumprimento das condicionantes estabelecidas na licença ambiental. As falas são unânimes, tanto das lideranças de movimentos sociais e atingidos como das autoridades responsáveis pelo empreendimento. Em uma vista rápida pela cidade de Altamira a Delegação pode constatar que não há obras significativas em andamento. Diferentemente de Porto Velho, que se transformou em um canteiro de obras durante a construção das Usinas do Madeira, em Altamira não se vê obra na cidade. A única obra em andamento é a construção da Casa do Índio, cujo atraso no início teria motivado uma ocupação de um dos canteiros da usina pelos índios. Veja o que diz um morador do bairro "Invasão dos Padres³" a respeito do cumprimento das condicionantes:

João Pereira da Silva – "Falta de respeito com tudo e com todos. Mentem. No tempo de Tucuruí, pelo menos tinha uma proposta, agora é só mentiras. Tá pior que no tempo da ditadura. Não tem hospital, não tem nada. O hospital está sobrecarregado com tanta gente que chegou e com tanta doença que apareceu. É só mentira".

O principal obstáculo para acelerar as compensações é a questão fundiária de Altamira. A cidade cresceu desordenadamente, não há áreas regularizadas para serem adquiridas e destinadas ao reassentamento das famílias que serão removidas e, tampouco, para a construção de equipamentos públicos como hospitais, escolas, praças, ruas etc.

Neste caso, há que se perguntar se o poder público não sabia da falta de regularização fundiária antes de lançar o empreendimento? Não é difícil imaginar que este ponto seria um limitador para o cumprimento em tempo de praticamente todas as condicionantes e que o problema seria agravado com o aumento do valor dos imóveis provocado pela explosão de procura que se estabeleceria. Caberia ao Estado, e somente a ele, resolver essa questão antes mesmo de licitar a obra. Questões como essas desafiam a lógica elementar e dão razão aos críticos de que o Estado é inoperante para resolver problemas simples, mesmo quando não há falta de recursos, como é o caso.

5.2 Diálogo com a população atingida

Os atingidos ressentem da falta de diálogo, tanto com o Governo como com o Consórcio Norte Energia. Dizem que as reuniões formais promovidas são espaços meramente de transmissão de informação sobre assuntos já decididos,

³ Comunidade formada a partir da ocupação de uma área pertencente à Prelazia do Xingu, das quais cerca de 500 famílias serão atingidas pelo lago de Belo Monte.

restando aos atingidos e à população em geral acatar os encaminhamentos sem discutir as melhores alternativas. Alegam que os representantes para os comitês são escolhidos dentre os moradores a dedo, por critérios políticos da empresa e não por indicação dos atingidos.

5.3 – Reassentamento das famílias

Morador do Bairro Boa Esperança - “A única certeza que nós temos é que não somos mais donos das nossas casas. Elas já foram vendidas, só não sabemos por quanto e nem recebemos nada. O povo quer uma resposta sobre o tipo de casa que será construído, que tamanho. Tá tudo congelado, estamos impedidos de fazer investimentos, de melhorar nossas casas. O acordo inicial foi que receberíamos casas de verdade, para ser humano e não túmulos. Tem olaria na região que pode ser utilizada para construir as casas, não precisa fazer de concreto. Cerâmica não é problema”.

O morador se refere a uma mudança repentina no tipo de casa que será construída. No boletim informativo distribuído pelo consórcio no início do ano, dizia que os atingidos receberiam uma casa em alvenaria, de três tamanhos diferentes, de acordo com o número de membros de cada família, conforme pode ser constatado no fac-símile do boletim. Já no boletim número 8, distribuído mais recentemente, a oferta passou a ser de casas em concreto armado e de um único tamanho.

Informe

Direitos e benefícios previstos no Projeto Básico Ambiental (PBA) da UHE Belo Monte

Ocupação do imóvel	Benefício
Proprietários de casas que moram no imóvel	Indenização em dinheiro pelo valor de mercado ou custo no novo localamento mudancal e amparo financeiro de móveis, louças, eletrodomésticos e outros bens pessoais.
Quem usa o imóvel	Auxílio aluguel pelo período de 12 meses de aluguel, auxílio mudança e armazenamento de móveis.
Proprietários que não moram no imóvel	Indenização em dinheiro pelo valor de mercado do imóvel.
Proprietários de imóveis comerciais	Indenização em dinheiro pelo valor de mercado do imóvel, auxílio mudança, armazenamento de móveis e pagamento de lucro cessante.
Inquilinos de imóveis comerciais	Auxílio aluguel pelo período de seis meses, auxílio mudança, armazenamento de móveis e equipamentos, lucro cessante comprovado mediante perícia judicial.
Inquilinos de imóveis industriais e oficinas	Auxílio aluguel pelo período de seis meses, auxílio mudança, armazenamento de móveis e equipamentos, lucro cessante comprovado mediante perícia judicial.

Atenção Os dados registrados nos cadastros na região dos Igarapés não podem ser alterados. A construção de novos imóveis, após o cadastro, bem como qualquer melhoria no imóvel já cadastrado, não será considerada para efeito de reassentamento e indenização em dinheiro.

Plantão Social

- No plantão os moradores cadastrados recebem orientação e esclarecimentos e as suas demandas serão encaminhadas.
- Nos casos de indenização em dinheiro e carta de crédito serão agendadas as entrevistas de negociação junto a Norte Energia.
- Durante o processo de reassentamento, as famílias serão orientadas e acompanhadas pela Norte Energia.
- No plantão serão realizadas atividades de grupos, reuniões de esclarecimento e o agendamento de visitas ao novo empreendimento habitacional.
- As famílias farão a adesão às alternativas de atendimento com a assinatura do Termo de Compromisso de Atendimento.

Fique sabendo

- O fechamento do cadastro significa que não serão cadastradas novas famílias e nem novas construções que caracterizem novas residências ou comércio.
- As melhorias feitas em imóveis já existentes e cadastrados, para o conforto e bem estar das famílias, também já cadastradas, serão consideradas oportunamente.
- O trabalho de cadastramento terá prosseguimento para localização das famílias já identificadas, mas que por razões de ausência, por motivo de viagem, doença e mesmo condição de alagamento da área durante o Inverno, não puderam fazer o cadastramento. Isto vale para as famílias que já foram identificadas.

Saiba mais!

- Reassentamento:** De acordo com o tamanho da família estão previstas casas de alvenaria com dois dormitórios (60m²), três dormitórios (69m²) e até quatro dormitórios (78m²). Existem três modelos de casas. Os terrenos são de 300 m², cercados, há no máximo 2 km do local de origem, com toda a infraestrutura: ruas pavimentadas, água, luz, esgoto, escolas, área de lazer e postos de saúde.
- Atividades produtivas:** A Norte Energia vai desenvolver projetos de apoio aos trabalhadores. Um dos projetos vai ajudar a recompor o comércio, como açougues, padarias, mercadinhos, farmácias e outros. Outro projeto vai tratar dos serviços, como oficinas, salão de beleza, restaurantes. As fábricas de móveis e barcos também terão apoio para se reestruturarem.
- Requalificação urbana:** As áreas no entorno dos Igarapés, onde hoje estão as moradias, serão transformadas em Área de Preservação Permanente (APP). O local será urbanizado com parques, quadra de esportes, praças e ciclovias.

Segundo os moradores, o que está por trás dessa mudança é a pressa do Consórcio em obter a licença de operação de Belo Monte, uma vez que esta é a principal condicionante para acessar o documento.

De acordo com a representante do Governo Federal, o Consórcio alega que precisa agilizar o cumprimento desta condicionante e que não haveria material de construção no mercado de Altamira suficiente para erguer todas as casas no tempo que resta. Ela confirmou também que já foram adquiridos três terrenos onde as casas serão construídas, mas não informou a localização dos terrenos e nem disse se atendem à exigência de estarem a, no máximo, 2 km de distância da moradia antiga.

Os moradores se sentem enganados pelo Consórcio e desamparados pelo Governo Federal, as falas são de desespero. Temem que a água comece a subir e eles não tenham tempo de retirar seus pertences. Não há dúvida de que tem um problema grave de falta de comunicação com as famílias atingidas. O Governo Federal não pode simplesmente se eximir da responsabilidade, sob a alegação de que as queixas são motivadas por grupos contrários à construção da usina.

Uma alternativa seria, de imediato, fazer o sorteio dos lotes para que os atingidos possam conhecer o novo endereço onde vão morar e poder acompanhar a construção das casas.

Dona Maria das Graças Silva Reis, do Bairro Boa Esperança – “No primeiro cadastro, a empresa Norte Energia ofereceu uma casa de alvenaria, de 5 quartos e agora, quando a usina já tá quase pronta, no novo cadastro, foi oferecido uma casa de apenas 3 quartos e de concreto”.

Senhora Raimunda, do Bairro Boa Esperança (se auto intitula “mulher de pescador”) – Diz que a “a nossa sobrevivência está comprometida, a gente gasta muito combustível e não pegamos peixe. Vivemos em local difícil, mas estamos satisfeitos onde estamos, se querem que a gente saia tem que ser para um lugar melhor”.

Senhor Cecílio Caiapó, do Bairro Invasão dos Padres (Representa o pescador indígena) – Diz “os pescadores estão em situação difícil, estavam mariscando na área da Colônia, mas agora virou canteiro de obra, já apresentamos uma pauta de reivindicações para a Norte Energia, mas não tivemos resposta. As casas seriam de 20 mil reais, o que é que vamos fazer com 20 mil reais? Só um terreno é 60 mil. Eles só estão olhando para os índios das aldeias e os índios cidadãos?”

Ele agradece a presença do Deputado, “é o primeiro parlamentar que veio ouvir o povo. Temos muitos problemas aqui. Em nome dos pescadores já escrevi para a nossa presidenta, mas não tivemos resposta. Tá tirando o povo do seu habitat sem saber para onde vão. Não sabem o que vai acontecer amanhã. Querem jogar os pescadores no igarapé Panela, mas lá não serve.

5.4 – A ação dos movimentos sociais e indígenas

Antes de entrar na análise da atuação dos movimentos sociais e indígenas em Belo Monte, há que se fazer uma rápida digressão aos anos de 1980 para resgatar outro projeto de proporções e características semelhantes. Trata-se na UHE de Tucuruí, construída no Rio Tocantins a apenas 380 km de Altamira. Tucuruí foi o primeiro grande empreendimento hidrelétrico a ser construído na Amazônia e também responsável pela suspensão de novos projetos por um longo período, devido à enorme repercussão dos impactos socioambientais causados.

Parte dos movimentos sociais críticos a Belo Monte, se formaram no enfrentamento contra os impactos causados por Tucuruí. A argumentação apresentada agora se baseiam no fato de que as informações técnicas divulgadas sobre Tucuruí se mostram ao longo do tempo totalmente falsas, a começar pela enorme diferença, para menor é claro, entre a capacidade instalada e a energia efetivamente gerada pela usina. Outro aspecto questionado é a diferença entre o que o Consórcio considera como área atingida e a faixa efetivamente impactada. O mesmo é observado em relação ao número de famílias indenizadas, apenas para citar alguns itens.

No caso de Belo Monte, diferentemente de Tucuruí, a ação dos movimentos sociais está dividida. De um lado tem-se o movimento sindical, associações de produtores e cooperativas, entidades de classe, com vínculos políticos fortes como o Partido dos Trabalhadores, que optaram por uma atuação mais pragmática, voltada para o diálogo com o Consórcio e na linha de potencializar os ganhos para impulsionar o desenvolvimento da região. E de outro lado, as pastorais sociais ligadas à Prelazia do Xingu, movimento dos atingidos por barragens, ambientalistas, associações de ribeirinhos, indígenas, que formam o movimento denominado Xingu Vivo para Sempre, que historicamente se opuseram contra a construção de usinas no Rio Xingu.

A diferença de estratégia ficou visível nas falas do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Placas, João PT, e do representante do Movimento dos Atingidos por Barragem, Iuri.

João PT, Presidente do STR de Placas – Fez um contraponto ao discurso dominante contrário às usinas. Fez um resgate da história do movimento social na região da Transamazônica, pontuou conquistas e disse que atualmente há uma diferença de leituras sobre o atual momento político e firmou que o movimento já sabia que as usinas seriam construídas, assim como outros grandes projetos como a ferrovia e a BR 163 serão implantados.

Iuri, representante do MAB – Há dificuldade de unificar a luta; é preciso retomar o trabalho de base, discutir um projeto de desenvolvimento que sirva para o povo; o povo não quer que pare Belo Monte, querem é melhorar de vida; há uma judicialização da luta, as pessoas vão à justiça pedir remédio para o seu parente, quando a luta deveria ser por saúde pública para todos; tem R\$ 4 bi planejado para projetos na região do Xingu; o povo não vê em nós a capacidade de melhorar de vida; Belo Monte vai custar 30 bi.

15

Nos dias em que estive em Altamira, a Delegação procurou ouvir preferencialmente os movimentos sociais que se articulam ao redor da segunda estratégia descrita nos parágrafos anteriores. As lideranças que optaram legitimamente por uma forma de luta mais independente, se sentem ameaçadas e sem ter a quem recorrer. Acusam os representantes políticos da região, principalmente aqueles eleitos pelo Partido dos Trabalhadores que sempre assumiram essas bandeiras, de terem renegado suas raízes e optado por aliar-se a inimigos históricos em prol do empreendimento.

No regime democrático todos são livres para expressar seu ponto de vista a respeito do que julgar pertinente. Todas as manifestações abrangidas pelo princípio constitucional da legalidade são legítimas e devem ser respeitadas, especialmente pelos agentes públicos, que têm a obrigação de promover o bem público. É preocupante o processo de isolamento político dos movimentos sociais que fazem oposição ao empreendimento, em particular a Prelazia do Xingu, cujo bispo está ameaçado de morte. Se nada for feito no sentido de restabelecer um canal de diálogo, há um risco de radicalização e de desobediência civil por parte de grupos que se sentem marginalizados e criminalizados.

É preciso fazer um esforço urgente no sentido de restabelecer a confiança perdida entre os movimentos sociais que questionam o empreendimento e o Estado em todas as esferas, uma vez que os atuais representantes, especialmente do Governo Federal, já não reúnem mais condições de ajudar na interlocução com essas lideranças populares. O sentimento que eles expressam é de total desprezo até mesmo pela figura da Presidenta Dilma Rousseff a quem responsabilizam por se interessar apenas pelo desenvolvimento sem levar em consideração os custos socioambientais para as populações tradicionais que são expulsas de suas terras sem direito a nada.

Veja o que disse a adolescente ANA PAULA REIS, de apenas 13 anos, a respeito da falta de diálogo do Consórcio com os atingidos.

Altomira - Pará: 05/05/2013

Ana Paula Silva Reis

Eu como governa Altomira
pelo- lhe informadamente
que vejo muitas vez diante
dessa abunda que está
destruindo em nossa cidade
e com o povo de Altomira,
que vai como autoridade
veja junto a nós que vemos
o povo que Altomira
vendo com uma burocracia
ditadura uma corrupção
de Belo Monte uma corrupção
com monstruosas que
está vindo infundo de
Gelo e água no pessoal
Altomira.

Ana Paula Silva Reis
"Povo e autoridade de
Altomira".

A ocupação de Belo Monte

Segundo o representante do CIMI ouvido pela Delegação, a ocupação do canteiro de obra da usina feita pelo povo indígena Mundurucu, no último dia 02

de maio, foi motivado por promessas do Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, GILBERTO CARVALHO, que não foram honradas. Ele esclareceu que em reunião realizada no Palácio do Planalto, o Ministro teria assumido o compromisso de enviar uma comissão ao Pará para ouvir as reivindicações do povo Mundurucu.

Dias depois uma comissão coordenada pelo Secretário de Articulação Social, PAULO MALDOS, foi à região com um grande aparato de segurança. Porém, os representantes da Secretaria Geral não teriam cumprido o acordo integralmente porque ficaram alojados em hotéis da cidade de Jacareacanga/PA e não foram até a aldeia Sai-Cinza como era o desejo dos índios.

Os indígenas apresentaram um documento à Delegação intitulado "*Carta de ocupação de Belo Monte*", cuja cópia encontra-se em anexo. A principal reivindicação contida na carta é a regulamentação da Convenção 169, da OIT, da qual o Brasil é signatário. Eles defendem a paralisação dos estudos técnicos nas bacias dos Rios Tapajós e Teles Pires até que a regulamentação esteja concluída e que os índios possam ser consultados sobre os empreendimentos, com base nos critérios estabelecidos na nova normativa.

Vale salientar que a Delegação não tinha informação de que os indígenas estavam se organizando para ocupar as dependências de Belo Monte. A visita foi programada com certa antecedência para coincidir com o encontro do regional Transoeste da Prelazia do Xingu, em Placas, e foi justamente durante o encontro que a notícia de que os índios tinham ocupado o canteiro de obra foi recebida pela Delegação.

Em Altamira, o Deputado PADRE TON foi convidado pelos manifestantes para fazer uma visita ao canteiro ocupado, mas na primeira tentativa foi impedido pelo representante do Consórcio Norte Energia, JOÃO PIMENTEL e foi aconselhado a não entrar por representante da Secretaria Geral da Presidência da República por telefone. Mais tarde, após nova solicitação dos indígenas, o Deputado retornou ao local para dialogar com as lideranças. Eles entregaram à Delegação um novo documento manuscrito (anexo) em que detalham as reivindicações e solicitaram ao parlamentar que intermedeie uma nova audiência com o Ministro GILBERTO CARVALHO para retomar o diálogo a respeito dos estudos de viabilidade de futuros empreendimentos hidrelétricos nos Rios Teles Pires e Tapajós no Sudoeste do Pará.

6 – A REPETIÇÃO DE MODELOS

O que se vê e se houve por todos os lugares por onde a Delegação passou, reforça a convicção de que as formas de tratamento dos grandes projetos com as populações afetadas não evoluíram no Brasil. O modelo autoritário, truculento e improvisado adotado nos períodos de exceção, continuam a ser empregados sem qualquer cerimônia. Há uma repetição do modelo em que os atingidos, justamente por serem pobres e desprotegidos, são tratados com absoluto descaso pelos empreendedores. Os canteiros de obras, especialmente de hidrelétricas, são verdadeiros territórios de violação dos direitos elementares da pessoa humana. As empresas responsáveis pelas obras cometem todo tipo de acesso, sonegam direitos trabalhistas, sonegam informação e nada acontece.

Os órgãos de fiscalização, a começar pelo IBAMA que é responsável pelo cumprimento das condicionantes, são incapazes de fazer com que o setor privado cumpra simplesmente a lei, alegando falta de condições para agir a contento. A persistir o atual modelo, injusto para com aqueles que o Estado mais deveria proteger, presenciaremos em breve uma radicalização sem precedente em termos de formas variadas de reação contra empreendimentos públicos.

Portanto, faz-se urgente que o País assuma uma nova política para grandes intervenções na Amazônia, que tenha como objetivo a proteção integral dos direitos fundamentais da pessoa humana e a proteção preferencial das populações atingidas. Precisamos rediscutir o modelo de concessão para projetos causadores de grandes impactos socioambientais, como é o caso das hidrelétricas e das rodovias na Amazônia.

As bases para um novo modelo estão presentes no depoimento do Coordenador Regional da Defensoria Pública em Altamira, Dr. FÁBIO RANGEL P. DE SOUZA. Segundo ele o atual caderno de preço das indenizações não abrange todos os custos de uma remoção. Ele lamentou que uma ação da defensoria pública protocolada em 2010 questionando justamente este ponto continue engavetada na Justiça Federal. Na opinião do defensor público valores como paisagem, manifestações culturais, vantagens locacionais, entre outros, precisam ser considerados para efeito de fixação do valor das indenizações.

6 – ENCAMINHAMENTOS

- Requerer informação ao Ministério dos Transportes, por meio do DNIT, sobre o andamento das obras de pavimentação da Rodovia Transamazônica, incluindo: trechos licitados, empresas ganhadoras, valores e previsão de conclusão das obras.
- Indicar ao Ministério dos Transportes, por intermédio do DNIT, que adote medidas para incluir no processo de licitação de obras, exigências mais rígidas, incluindo multas mais pesadas, por atrasos na conclusão de obras na Amazônia.
- Marcar audiência com o Ministro GILBERTO CARVALHO, com a finalidade de propor formas alternativas de tratamento das populações atingidas por grandes projetos de infraestrutura no País e defender a reabertura do diálogo com os índios Mundurucus.
- Encaminhar indicação à Presidência da República recomendando que sejam adotadas providências para que as famílias passíveis de remoção e indenização para formação do reservatório de Belo Monte recebam imediatamente os lotes e que possam acompanhar a construção das novas casas.
- Apresentar indicação ao Ministério da Justiça, no âmbito da Funai, para que seja agilizada a desintrusão da Terra Indígena Cachoeira Seca, cuja completa demarcação é uma das condicionantes de Belo Monte.
- Indicar à Secretaria Geral da Presidência da República que adote como procedimento prévio para novos empreendimentos hidrelétricos a regularização fundiária de toda a malha municipal, com a finalidade de assegurar aos atingidos uma indenização justa e minimizar a especulação fundiária em decorrência do empreendimento.

7 – Denúncias

- Lideranças locais presentes na reunião do GTE denunciaram que a visita feita por membros do Governo Federal, coordenados pelo Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República, PAULO MALDOS, para dialogar com o povo indígena Mundurucus teria sido uma farsa uma vez que o acordo firmado com os índios que a reunião seria na aldeia Sai-Cinza, e não na sede do município de Jacareacanga/PA, teria sido quebrado.

Dep. **PADRE TON**

Deputado Federal – PT/RO

ANEXOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CLP

REQUERIMENTO Nº /2013
(do Sr. PADRE TON)

Requer a realização de uma viagem em missão oficial de membros desta Comissão de Legislação Participativa à Região do Complexo Hidrelétrico do Xingu, Município de Altamira/PA, a fim de ouvir autoridades regionais e representantes da sociedade civil acerca dos impactos da implantação dos empreendimentos hidrelétricos.

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 255 do Regimento Interno, REQUEIRO a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, a realização de uma viagem em missão oficial de membros desta Comissão Permanente de Legislação Participativa – CPL, à Região do Complexo Hidrelétrico do Xingu, Município de Altamira/PA, a fim de ouvir as autoridades regionais e representantes da sociedade civil acerca dos impactos da implantação dos empreendimentos hidrelétrico.

JUSTIFICATIVA

Segundo a ANEEL, cerca de 14% do potencial hidrelétrico conhecido do País situa-se na bacia do Rio Xingu. Atualmente, encontra-se em fase de construção a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, com potência instalada prevista de 11.233 MW, a terceira maior hidrelétrica do mundo, atrás apenas da chinesa Três Gargantas (20.300 MW) e da brasileira e paraguaia Itaipu (14.000 MW) e será a maior usina hidrelétrica inteiramente brasileira.

O projeto prevê a construção de uma barragem principal no Rio Xingu, localizada a 40 km abaixo da cidade de Altamira, no Sítio Pimental, formando o Reservatório do Xingu. A partir deste reservatório, parte da água será desviada por um canal de derivação de 20 km de comprimento para um Reservatório Intermediário, localizado a aproximadamente 50 km de Altamira, na região cercada pela Grande Volta do Xingu.

Esse projeto tem sido alvo de intenso debate na sociedade brasileira, com repercussões internacionais, em razão da forma como as populações tradicionais estão sendo tratadas pelo empreendimento. Um dos aspectos objetivos levantados pelos críticos da usina é a ausência de consulta prévia informada às comunidades indígenas atingidas pelas alterações na dinâmica do Rio, conforme prevê a Convenção 169 da OIT.

As controvérsias em torno deste projeto e os constantes pedidos de ajuda que temos recebido das entidades da sociedade civil da Região justificam uma visita de membros desta Comissão para colher subsídios para orientar a ação parlamentar dos nobres pares.

Sala das Comissões, abril de 2013.

PADRE TON
Deputado Federal (PT-RO)

Carta da ocupação de Belo Monte

Nós somos a gente que vive nos rios em que vocês querem construir barragens. Nós somos Munduruku, Juruna, Kayapó, Xipaya, Kuruaya, Asurini, Parakanã, Arara, pescadores e ribeirinhos. Nós somos da Amazônia e queremos ela em pé. Nós somos brasileiros. O rio é nosso supermercado. Nossos antepassados são mais antigos que Jesus Cristo.

Vocês estão apontando armas na nossa cabeça. Vocês sitiaram nossos territórios com soldados e caminhões de guerra. Vocês fazem o peixe desaparecer. Vocês roubam os ossos dos antigos que estão enterrados na nossa terra.

Vocês fazem isso porque tem medo de nos ouvir. De ouvir que não queremos barragem. De entender porque não queremos barragem.

Vocês inventam que nós somos violentos e que nós queremos guerra. Quem mata nossos parentes? Quantos brancos morreram e quantos indígenas morreram? Quem nos mata são vocês, rápido ou aos poucos. Nós estamos morrendo e cada barragem mata mais. E quando tentamos falar vocês trazem tanques, helicópteros, soldados, metralhadoras e armas de choque.

O que nós queremos é simples: vocês precisam regulamentar a lei que regula a consulta prévia aos povos indígenas. Enquanto isso vocês precisam parar todas as obras e estudos e as operações policiais nos rios Xingu, Tapajós e Teles Pires. E então vocês precisam nos consultar.

Nós queremos dialogar, mas vocês não estão deixando a gente falar. Por isso nós ocupamos o seu canteiro de obras. Vocês precisam parar tudo e simplesmente nos ouvir.

Não estamos aqui para negociar com o Consórcio Construtor Belo Monte. Não estamos aqui para negociar com a empresa concessionária Norte Energia. Não temos uma lista de pedidos ou reivindicações específicas para vocês.

Nós estamos aqui para dialogar com o governo. Para protestar contra a construção de grandes projetos que impactam definitivamente nossas vidas. Para exigir que seja regulamentada a lei que vai garantir e realizar a consulta prévia – ou seja, antes de estudos e construções! Por fim, e mais importante, ocupamos o canteiro para exigir que seja realizada a consulta prévia sobre a construção de empreendimentos em nossas terras, rios e florestas.

E para isso o governo precisa parar tudo o que está fazendo. Precisa suspender as obras e estudos das barragens. Precisa tirar as tropas e cancelar as operações policiais em nossas terras.

O canteiro de obras Belo Monte está ocupado e paralisado. Os trabalhadores que vivem nos alojamentos nos apóiam e deram dezenas de depoimentos sobre problemas que vivem aqui. São solidários a nossa causa. Eles nos entendem. Tanto eles quanto nós estamos em paz. Tanto eles quanto nós queremos que os trabalhadores sejam levados para a cidade. O Consórcio Construtor Belo Monte precisa viabilizar a retirada dos trabalhadores a curto prazo e garantir abrigo para eles na cidade.

Nós não sairemos enquanto o governo não atender nossa reivindicação.

Canteiro de obras de Belo Monte, Vitória do Xingu, Pará

Mai de 2013

Assinam caciques, lideranças, guerreiros, mulheres e jovens

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Legislação Participativa-CLP

A CLP aprovou o REQ. 54/2013, de iniciativa do Dep. Padre Ton, requer a realização de uma viagem em missão oficial de membros desta Comissão de Legislação Participativa à Região do Complexo Hidrelétrico do Xingu, Município de Altamira/PA, a fim de ouvir autoridades regionais e representantes da sociedade civil acerca dos impactos da implantação dos empreendimentos hidrelétricos.

Dia 1ª de maio

9h59 – Saída de Brasília para Santarém/PA, em voo da GOL. Chegada prevista às 16h10 em Santarém/PA (GOL).

Dias 02 de maio

9h – Deslocamento, por via terrestre de Santarém/PA para Placas/PA.

Dia 03 e 04 de maio

Dia 03 (inteiro) e manhã do dia 04 - Participação no Encontro sobre Direitos Humanos e Povos Indígenas.

14h – Deslocamento, por via terrestre de Placas/PA para Altamira/PA.

Dia 05 de maio

8h – Visita de campo a uma comunidade atingida por Belo Monte;

14h – Reunião com entidades da sociedade civil críticas ao empreendimento

Dia 06/05

9h – Audiência com a Coordenadora da Casa de Governo (Federal), Srª Cleide, tel. 61 9823 2970 – local: Incra – Travessa 10 de novembro, nº 345, Centro, Altamira.

11h – Audiência com a Defensoria Pública (Av. Brg Eduardo Gomes, 1651 - São Sebastião, Altamira - PA, tel. 93 3515 3959; 93 3593-0235).

15h15 – Deslocamento de Altamira para Belém, por via aérea, chegada em Brasília às 22h43.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Padre Ton - PT/RO

Atividade: Reunião da Trimestre - CPT - MAB - ~~C~~GP - CIMI

Data: 03/05/2013

Local: Plozas / Pará

Nome	Entidade	Telefone	E-mail	Assinatura
Sr. Helena Accadelli	Caróguia V.Sr. Agnecia	812114180	helenaccadelli@hotmail.com	
Sr.ª Madalena Hoffmann	Pastoral Indigenista	8119-1977	marimadalenahoffmann@gmail.com	
T. Gonçes Jorge Gasriel	JUPIC-SUD	8112-6507	gabrieljupic@hotmail.com	
Eng.º Agnecia: Elda Vaino do Silve	PJ SEMMA	8102.3784	elda.vaino@semma.com	
Kátia Webster	CPT / CEBI	(91) 9181-7580	Kathryne.webster@sadden.org	
Reza de Jesus Affonso				
Muila B. Corvalano	SAM (Associação Missionária)	(93) 8110-9995	muila.pereira@gmail.com	
Guimaro J. de Carvalho Acadêmica		(93) 8115 6593		
Re. José Augusto 2 de Souza	CPT / Arapary	(91) 92061464	estaryen@gmail.com	

Paulo Afonso Batista	Paróquia Santa Luzia	93591964270	Paulo
Mari de Fátima cloth	Comunidade Nossa Aparecida CMUP e mães	083 86240784 / 3552 1134	Mari
Joaquim Oliveira	P.N. São Aparecida Placas		
Leila Silva	Emater Pará / P.N. Aparece 81288498	leila.nylosa@emater.pa.gov.br	Leila
Nereu Figueira	Paróquia N. Sra. Aparecida Placas MSSPS TIM-93-8101-3037		Nereu Figueira
Sr. Matilde W. Saccardo	Paróquia N. S. Aparecida - Placas	matildesaccardo@hotmail.com	Matilde
PADRE TOMY	CAMARA FEDERAL - BRASIL A	613215-5240	dep. padre tomy@hotmail.com
Cláudia Figueira da Silva	1 M M P Medicamentos 91969889	gatinho31@hotmail.com	Cláudia
Gildário Rodrigues	PIMP Medicamentos 91336834		
Dr. José Amaro 2 de Sousa	CPT - Araxá 9119206464		

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabiente do Deputado Padre Ton - PT/RO

Atividade: Reunião na sede do movimento Xingu Vivo no Rep. a Parat

Data: 05/04/2013 - 8h00

Local: Altamira/Pará

Nome	Entidade	Telefone	E-mail	Assinatura
Leandro Brito Teixeira	CIMI	(93) 3226-5408	CIMI PARA@HOTMAIL.COM CABANOTUPI@IGEST.COM.BR	Leandro Teixeira
Patrícia Breno	CIMI	(93) 3552-1404	PATRICIOSVD@YAHOO.COM.BR	Patrícia Breno
Maric Madalena Hoffmann	CIMI	(93) 8119 6977	maricmadalena@hffmann@gmail.com	
Antônia Melo da Silva	NOV. Xingu Vivo	93. 9435.1505	Xinguvivo@yahoo.com.br	
Padre Ton	Camara Deputados	61 3215-5280	dup.padre.ton@camara.leg.br	
Suene Souza	TV Sampaio Moura	(93) 9119-6267	suenekalia@hotmail.com	
Luiz Rodrigues	Gob. Dep. De Ton	(61) 82489222	luiz.rodrigues@camara.gov.br	

Carta da ocupação de belo monte

Nós somos agente que vive nos rios onde vocês querem construir barragens. Nós somos munduruku, gurumá, Kaicapo, Xipóia, Aruaia, Arara e indígenas ribeirinhos. Nós somos da Amazônia e queremos ela em pé. Nós somos brasileiros. O rio é o nosso supermercado. ~~De~~ antepassados são os mais antigos que o Jesus Cristo.

Vocês estão apertando as armas na nossa cabeça. Vocês invadem os nossos territórios com soldados, helicópteros e caminhões de guerra. Vocês fazem o peixe desaparecer. Vocês roubam os ossos dos nossos antepassados enterrados na nossa terra.

Vocês impedem jornalistas de levar para a sociedade as nossas reivindicações da ocupação.

Vocês nos impedem de termos advogados para defender nossos direitos.

Vocês fazem isso porque tem medo de nos ouvir. de ouvir que não queremos barragem. de entender porque não queremos barragem.

Vocês inventam que nós somos violentos e que queremos guerra.

Quem mata nossos parentes? Quantos brance morreram? e quantos indígenas morreram? Quem nos mata são vocês, rápido eu e os poe nós estamos morrendo e cada barragem mata mais. É quando tentamos falar vocês trazem tanques, helicópteros, soldados, metralhadoras e armas de choques.

O que nós queremos é simples: vocês preci-

Carta da ocupação de belo monte

sem regulamentar o direito a consulta prévia aos povos indígenas. Enquanto isso é preciso parar todas as obras, estudos e operações policiais nos rios Xingu, Tapajós e Teles Pires. Então vocês precisam nos consultar e a todas os povos indígenas afetados por três rios. Por causa de barragens.

Nós queremos dialogar, mas vocês não estão deixando agente falar. Por isso nós ocupamos o seu canteiro de obras. Vocês precisam parar tudo e simplesmente nos ouvir.

Neste momento, não estamos aqui para negociar com consórcio construtor belo monte nem com a empresa norte energia. Nessas pautas de reivindicações de reparação dos impactos e danos que estamos sofrendo urgentes. E durante o atendimento desta pauta todas elas serão cobradas.

Nós estamos aqui para dialogar com governo. Para protestar contra a construção de grandes projetos que impactam nossas vidas para sempre. Para exigir que seja criada a lei que vai garantir a nossa consulta prévia antes de estudos e construções. Por fim, ocupamos o canteiro para exigir que seja realizada a consulta prévia sobre a construção e empreendimento em nossas terras, rios e florestas.

É para isso o governo precisa parar tudo que está fazendo. Precisa suspender as obras e estudos das barragens. Precisa tirar as tropas e cancelar as operações policiais em nossas terras.

O canteiro de obras belo monte está ocupado e paralizado os trabalhadores que vivem nos alojamentos nos apoiam e denunciam problemas que vive

Carta da ocupação Belo Monte
Aqui. São solidários a nossa causa. Eles nos entendem
tanto eles quanto nos estamos em paz. Tanto ele
quanto queremos que os trabalhadores sejam leva-
dos para a cidade.

A morte energia é a força nacional estão utiliza-
do indevidamente uma decisão judicial para
expulsar e intimidar jornalistas de nossa ocu-
pação e impedir que nossos advogados defendam
nossos direitos e nos ajudem a construir nossa
proposta de negociação do fim da ocupação. Por isso
exigimos o direito de ter a defesa por um advogado e
livre acesso de jornalistas de forma permanente no
canteiro que ocupamos enquanto durar o protesto,
para que a sociedade saiba o que está aconte-
cendo aqui.

Nos não sairemos enquanto o governo não atende
nossa reivindicação.

Canteiro de obra de Belo Monte, Vitória do Xingu
Pará.

05 de maio de 2013

Assinam caciques, lideranças, guerreiros, mulheres
e jovens:

- * Jairo Dau Mundurucu - Assessor do Cacique
- x Jairo do Waru Mundurucu. Presidente PUSARU geral
- x Elisio Jutu KARU mundurucu
- x Reginaldo Puxu Mundurucus.
- x Luis ~~gostoso~~ xipiaia
- Adalte Jai akay mundurucu
- Esivaldo da Silva Juruana
- Alvise Kixici

Carta da ocupação de belo monte
fam. dos Mogueira arara

Marcelo Silva de Lima arara

Vicente SAW. SA cinga Mundurucu.

Joelson Kaba munduruku

JOSUE WAWO munduruku

Amado Aday munduruku

ISAÍAS AKAY MUNDURUKU

JULIANO PAUJO MUNDURUKU.

Rosimar Kure munduruku

João São munduruku

Roziano Kirihi munduruku

Deuziano Wato munduruku

Valdineo AKAY munduruku

Princípio Kalo

Elástico Koro MDK

Dejanira Alves Ribeiro Xipoya

Francisco Alves Merau Xipoya

Edelso pagge munduruku

Ricardo São munduruku

Tomaz Wato Munduruku.

Juvenildo wito munduruku

Deuziano Kirihi munduruku

Eleizer Thopi munduruku

Dulcinea Poço

maíza AKAS munduruku

Adriana Xipi munduruku

Almerindo SAW munduruku

Ana Peço munduruku

Luizinho Kirihi munduruku

Ceziza Poço munduruku

Maria Rita Wato MDK

Carta da ocupação de Belo Monte

Nomato Mucui Mundurucu
KAERE DASILVA KAKAPO

marcelino karo

Yese Manuel Ikopi

Francinildo Karo Binuybu mundurucu

Valdelino AKAY mundurucu

Cleomades SAM mundurucu

Waldenor POZO mundurucu

KEREWAT POZO

Brasilino Piraio mundurucu

Claudemilson AKAI mundurucu

Marco Jandiel Tupuna

Jeanilson Paizjo Mundurucu

Edmarcio POZO Mundurucu

José Roberto Karo Mundurucu

Emad Karo Mundurucu

Amâncio POZO mundurucu

Elisano Kaba mundurucu

Cândido AKAY M D R K

Ormar Karo Binuybu

Rosiliede Mare mundurucu

JOSE - VOYO - mundurucu

Alcides Karo mundurucu

Genio Raissa Fátima Jurema

Rafaela Tiraio Almeida

Vilma PRA mundurucu

Genivaldo Gabriel da mundurucu

Eduardo Saw Mundurucu

Biorebu mundurucu

Genildo Reiro

Carta da Secção de Belo Monte

Miguel Batista de Almeida Xipaia

Fabiana Xipaia

Renna Xipaia

Raimundo Curuara

Vandriany Xipaia

Marlene Saw Mundurukú

Edile Pexo Mundurukú

Neusa Kalo Mundurukú

Beatriz Koro Mundurukú

Maria Oloide HKai Mundurukú

Dalva Dace Mundurukú

HEONARTO KAROMUNDURUKU

Francisca Agevedo Nascimento Xipaia

Raimundo Osvaldo Bandeira da Silva Xipaia Ribeiro

Jackson Pexo Mundurukú

Valdinei Koro Mundurukú

Valdenir Koro Mundurukú

Iranilde Pereira Martins Intica Juruena

Daniel Xipaia

Iranilda Moraes Pereira Intica Juruena

VALDEMIR KIRIXI MUNDURUKU

FRANCINILDO AKRY MUNDURUKU

Francinildo Kirixi Mundurukú

Marinildo Koro Mundurukú

Paiço Bimucakpe Mundurukú

Isal Koro Mundurukú

carta da ocupação de belo monte

Adrielly juruna

Gelson juruna

Jaíson juruna

Carta da ocupação de Belo monte

2021 é o milésimo aniversário - Kaiope

Paulo Roberto Waro munduruku

Gustavo 2000 mor.

Isabel AKA munduruku

Solano AKA MUNDURUKU

Joanilda Akay munduruku

Barbara KARO munduruku

Zenildo Mantuay Munduruku

Alexandre Skory Munduruku

Liana Cardozo da Silva

Alida Lagoa munduruku

Willson KARO munduruku

Danorte Kirizi munduruku

Raimundo PEREIRA JURUMA

OZIMAR JURUMA

Edson Marques dos Santos ORARA

Giuliana P Juruma

Valdir Juruma

Manoel Felix Juruma

JAKSON ORARA

Lucas ORARA

Flaviano AKA

Paulo KARO MUNDURUKU

Valdenir MBORO MUNDURUKU

Jose Mauro Waro MUNDURUKU

Rosinilda Kirizi Munduruku

RAYGOMUYATU MUNDURUKU

Ronaldo Juruma FURTO DECO

Nelmira AKA munduruku

KABZ OJEYBO munduruku Roberto guri

Marino Juruma



Ofício Conjunto 015/2012-COLÔNIA Z-57/ACEPOAT/COOPEBAX

A Excelentíssima Dilma Vana Rousseff
Presidenta da República Federativa do Brasil
Gabinete Pessoal da Presidenta da República
Endereço: Pça dos Três Poderes, Palácio do Planalto
CEP.: 70.150-900 Brasília-DF

Altamira, 30 de Julho de 2012.

Excelentíssima Presidenta,

Vimos denunciar que recebemos relatos de pescadores da região afeta a construção da UHE Belo Monte que os conflitos por "novos" espaços de ponto de pesca estão se agravando a cada dia, isto porque, parte de nossos trabalhadores "perderam" e/ou foram proibidos pela Norte Energia de pescar na área do Pimental por questões de segurança (alegação da empresa); com isso os pescadores foram "obrigados" a migrarem para outras áreas mais distantes de suas atividades tradicionais, penetrando em espaços de pesca tradicionais de outros de seus pares de profissão.

Isto pode estar acontecendo pela provável incapacidade do empreendimento e possível ineficiência da empresa que essa contratou para interpretar, através de relatórios, as necessidades desses trabalhadores e aí pode estar um dos gargalos que, se resolvido, poderia culminar em projetos sustentáveis em consonância com os povos tradicionais ou até mesmo revisar as ações já em andamento como ordena o Plano Básico Ambiental - PBA autorizado por esse Governo Federal quando do licenciamento ambiental, sendo patente a insatisfação dessas populações tradicionais, estando os fatos constantemente registrados pelos noticiários nacionais ao revelar-se os conflitos e paralisações do empreendimento e que já pendem para nossos trabalhadores que não mais confiam na empresa responsável pelas pesquisas de campo e em alguns casos nem mais os recebem e/ou prestam informações quando das pontuais visitas de campo, pois as ações não são acompanhadas pelas lideranças dos trabalhadores e são realizadas, do nosso ponto de vista, desarticuladas até entre eles mesmos, sem a devida publicidade que alcance efetivamente os trabalhadores objetos dos estudos e essa falta de sintonia pode estar gerando relatórios com custos milionários mas inconsistentes e não refletindo a realidade local quanto a produção tanto do pescado, quanto da pesca ornamental, bem como da produção agrícola de subsistência, meios de transportes, laser, dentre outros.

O exemplo mais recente disso foi a informação dada pela empresa quando da reunião do dia 12.07.12 que criou a Comissão da Volta Grande do Xingu ao informar que os lotes contíguos ao rio na Volta Grande pós barramento da represa não estariam sendo objeto de estudos pois não seriam impactados com a obra, sendo tal resposta objeto de protesto dos trabalhadores ao esclarecerem que alguns lotes no período da cheia são tomados pelo rio e que essas populações não só dos lotes as margens do Xingu mas dos mais distantes utilizam o rio no período chuvoso para transportar suas famílias e produções já que alguns ramais ficam

completamente alagados ou intrafegáveis e no período da estiagem alguns poços utilizados para consumo d'água e outros fins, secam pois foram escavados até chegarem em lajes de pedras não tendo os ribeirinhos equipamentos para romperem a rocha, então essas famílias utilizam a água do rio no período da seca para consumo, para higiene pessoal, lavagem de seus vestuários e utensílios, além disso a água que entra nos lotes contíguos servem para criar poções que fertilizam a terra para a produção agrícola de subsistência como o arroz e outros, também servem para matar a sede dos animais criados por esses trabalhadores.

A construção da UHE Belo Monte elevou o interesse de algumas pessoas sem vínculo tradicional com o rio e as suas terras a ocuparem o Bem público com possíveis interesse ainda obscuros, além disso, outras pessoas apelidadas de "barrageiros", assim chamados, por terem a prática de comprar as benfeitorias dos trabalhadores tradicionais, objetivando futuras indenizações por parte do empreendimento.

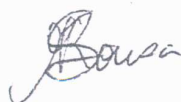
Falando em indenizações, entendemos que o modelo que está se construindo, na prática, de somente indenizar e não obrigatoriamente realocar com acompanhamento técnico e subsidio poderá resultar em grave problema de segurança e saúde pública, não justificando a fala, em nosso entendimento, que a relação negocial entre particular (colono/pescador/extrativista/garimpeiro) e empreendimentos instalados na Volta Grande, exclusivamente no contexto aqui explanado, se limite a essas partes, sem a intersetão do Estado Brasileiro, sob pena de que amanhã recaiam os prejuízos aos cofres públicos da União, do Estado e das Municipalidades como o ônus pelo aumento da violência, prostituição, consumo de droga, da miséria e etc, provenientes em parte por esses trabalhadores rurais que se viram da noite para o dia com grande volume de dinheiro em conta de um banco e que sem o devido acompanhamento certamente logo perderão tudo e já sem terra, sem profissão será obrigando-os a seguir para a periferia das cidades, sujeitando suas famílias a perigos sem precedentes.



Não bastasse o exposto a cima, outra frente de "pressão" para retirada dos trabalhadores está se instalando na Volta Grande com a instalação da mineradora Belo Sun Mining que, segundo relatos dos moradores da região, quer retirar os trabalhadores das Vilas do Galo e Ressaca e quisá da Ilha da Fazenda, para área distante do rio mais de 10Km, sendo mister esclarecer que essas comunidades são formadas por pescadores, agricultores e garimpeiros, sendo que tais trabalhadores utilizam o rio como meio de transporte e pesca de subsistência, estando tais vilarejos munidos de infraestrutura pública como colégios, postos de saúde, delegacia, Igrejas e outros. Também há relatos que já estão propondo e/ou comprando as terras que podem ser originárias de assentamento do INCRA.

Entendemos que algumas dessas injustiças poderiam ser minimizadas e até mesmo estancadas se tivéssemos a representação local de Órgãos afins a nossa atividade principalmente como a Superintendência da Aquicultura e Pesca do Pará e da Superintendência do Patrimônio da União no Pará - SPU-Pa, como já fez o Governo Federal em relação a sua Casa Civil, do INCRA e da Justiça e Ministério Público Federais, além de outros ligados aos companheiros da área de agricultura. Creemos que esse dois Órgãos que requeremos a representatividade ganharam a confiança dos trabalhadores pelo excelente trabalho que estão desenvolvendo sempre com total transparência, respeito a nossa cultura e metodologia de trabalho, em consonância com estas lideranças.

Temos observado que esses conjuntos de "pressões" por parte dos empreendimentos instalados na Volta Grande têm aumentado o stress desses trabalhadores considerando que são obrigados a trabalharem sobre alerta por conta de possíveis ataques, especialmente aos seus equipamentos de pesca que geralmente são cortados em represália a "invasão", conforme



supramencionado; não bastasse isto, esses mesmos trabalhadores “expulsos, indenizados, prestes a serem desalojados e/ou copitados” da região do Pimental e outras dentro que estão no raio de impacto dos empreendimentos, são obrigados a se adaptarem e a aprenderem outras atividades, como funciona o novo ecossistema que passou ou passarão a trabalhar e viver seja na terra firme, seja na água, permanecendo as interrogações como: Qual o melhor local de ponto de pesca em relação ao nível da água para se instalar seus equipamentos? Qual ilha abrir o novo ponto de apoio à pesca, já que a maioria estão ocupadas? Como recompor o custo com o aumento da quantidade de gelo, de combustível? Qual a quantidade desses insumos e outros? Conseguirá o peixe suficiente para cobrir o aumento das novas despesas? E o peixe para consumo de suas famílias em relação ao pescador que utiliza o rio para subsistência quando não consegue retirar da roça e do garimpo o sustento suficiente para alimentar suas famílias? Como ficará o transporte no período da seca e cheia? O colono/pescador/extrativista/garimpeiro indenizado ou não conseguirá, sem a devida assistência técnica se adaptar frente às novas atividades a que estão sendo “obrigados” a migrarem?

Por outro lado a Colônia de Pescadores **Z-57**, a Associação de Criadores e Exportadores de Peixe Ornamental de Altamira – **ACEPOAT**, bem como a Cooperativa dos Pescadores e beneficiadores de Pescados de Altamira – Xingu – Pa – **COOPEBAX** não possuem equipamentos próprios como fábrica de gelo, caminhão frigorífico, voadeira e veículo visando contribuir para minimizar, naquilo que lhes cabem, esses impactos e estarem mais presentes no rio para apaziguar possíveis conflitos, prestar primeiros socorros e ainda estarem mais constantemente na Capital em busca de apoio junto a Superintendência da Aquicultura e Pesca e outros e, mesmo se tivéssemos esse bens, quem iria bancar financeiramente essas estruturas com combustível, energia, pagamento e treinamento de pessoal para a operacionalização e gestão dos patrimônios e serviços.

Não obstante a essas questões agrava o fato que logo a Z-57 será desalojada para espaço inserto e não sabido por estar o prédio da Colônia instalado na área da Cota 100, será o prédio construído próximo ao rio e do porto da cidade? O projeto será concebido com espaço para Garagem, Frigorífico, porto e pequenos escritórios para o funcionamento das representações dos pescadores, bem como feirinha que abrigue a possibilidade de o pescador vender seu peixe diretamente ao consumidor final, visando minimizar a figura do atravessador, permitindo com isso a criação de condomínio de estrutura operacional sustentável?

Alertamos ao fato que a falta de respostas e intervenção imediata do Estado na solução dos questionamentos supramencionados e outros, aliados à ausência de conhecimento legal dos direitos por parte desses trabalhadores, muitos não alfabetizados ou alfabetizados funcionais, tem alimentado um crescente sentimento misto de impotência e revolta desses trabalhadores que poderá se transformar em conflito de proporções inimagináveis, visto que muitos trabalhadores já começam a ter grande dificuldade de alimentar suas famílias como já denunciado ao Ministério Público Federal e até a presente data as empresas Norte Energia e Belo Sun Mining não apresentaram um plano que seja integrado e com resultados que se adiantem aos danos que aqui já alertamos.

Neste documento nos restringimos a falar somente dos prejuízos aos homens, pois se fossemos falar dos animais, provavelmente discorreríamos por mais 10, 20 laudas e muitos questionamentos faríamos como: Quantificaram, relacionaram as espécies e mediram o nível da água nos ponto em que os peixes entram para desova na Volta Grande Pos Barramento do rio? Sabendo-se que duas barreiras, uma natural (cachoeira por Belo Monte) e uma artificial (barramento do Pimental para represar o rio) impedirão o transito do peixe, dos quelônios e



jacarés entre as duas barreiras, pois o peixe da jusante (maré) não sobe e o do montante (sem maré) não mais descerá, que providências estão sendo tomadas para solução imediata do problema, compreendendo o peixe faz parte da alimentação de grande parte da fauna daquela região e a diminuição drástica do alimento poderá resultar em grande mortandade de animais e aves? Será mesmo necessário esperar 5, 10 anos para então se concluir quais os impactos pela falta/supressão do transito do peixe no rio entre as duas barreiras supramencionadas e aí então tomar providências?

Por todo o exposto e tendo em vista que a situação, instamos a Vossa Excelência que nos socorra e para tanto sugerimos para sua deliberação:

1. Reforçar a representatividade do Poder Executivo na região do Xingu, instalando postos avançados da Superintendência da Aquicultura e Pesca do Pará, bem como da Superintendência do Patrimônio da União no Pará – SPU-Pa, composta preferencialmente por servidores que já conhecem e trabalham nesses Órgãos e região, considerando que somos os trabalhadores que mais serão atingidos e ainda não temos esses Órgãos que legalmente jurisdicionam sobre nossas terras e rios a exemplo do trabalhares da agricultura que já possuem posto avançado do INCRA;
2. Reforce o quadro de servidores da Casa e Secretaria de Governo em Altamira que tenha, dentre outras, a função de cobrar relatórios mensais dos diversos Órgãos afetos aos projetos de construção da UHE Belo Monte e da Mineradora que está se instalando na Volta Grande, objetivando a elaboração mensal de relatório circunstanciado a luz do que os contratos de concessões são obrigados a realizarem, sempre naquilo que couber, com pareceres dos representantes dos trabalhadores, devendo o referido instrumento não se limitar a análise técnica, mas principalmente ter condições de medir os resultados sociais de desenvolvimento sustentável, se possível propondo ajustes nos projetos para que se coadune com a defesa daquilo que o Governo Federal se propôs para a região do Xingu ao inaugurar com a UHE Belo Monte o desenvolvimento com sustentabilidade quando da construção de hidroelétricas;
3. Que determine as empresas Norte Energia e Belo Sun Mining que estão se instalando na Volta Grande do Xingu a apresentarem ao Governo e a estas entidades representativas, que abaixo assinam, todos os projetos, relatórios parciais e/ou integrais com cronogramas de execução, atestando ainda que há atrasos, sendo tais relatórios resultantes da condição para liberação do empreendimento e, especificamente quanto a Norte Energia, aqueles advindos dos Projetos e Interfaces integrantes do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu, constantes da Tabela 14.2.5.1, volume VI, fls. 466 do Plano Básico Ambiental – PBA.
4. Que requeira, tome conhecimento e nos envie uma cópia da ATA e Imagens sem cortes e editoração da filmagem que criou no dia 12.07.12 em Altamira a Comissão da Volta Grande do Xingu ao qual fazemos parte, tendo em vista que até a presente data não obtivemos resposta ao Ofício Conjunto nº 013/2012 – Colônia –Z57 ACEPOAT/COOPEBAX, de 20.07.2012 que requer tais documentos.
5. Que se faça valer o poder do Estado em socorro a nossa população hipossuficiente, quando das negociações de indenizações e realocações dos trabalhadores e obrigue a Norte Energia e Belo Sun Mining instaladas na Volta Grande a apresentarem ou informarem os procedimentos em curso para assistir as populações retiradas ou impactadas com seus projetos;

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Cp: 28300084 - ALAMINHA
Cidade: LIMA - PA
Cep: 01111-900 - Ins. Fed.: 14032835

CUMPRANTE DO CLIENTE

Movimento.: 20/07/2012 Hora.: 17:08:11
Caixa.: 28159990 Matrícula.: 84553464
Lancamento.: 036 Atendimento: 00026
Modalidade.: A Vista

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R\$)
SEDEX A VISTA - LNV	1	49,60+
Valor do Porte(R\$):	46,60	
Dep. Destino: /0150-900 (DF)		
Peso real (KG):	0,055	
Objeto: SI/609/2696BR		
AVISO DE ENTREGA:	3,00	
Envio de Selo Nacional	1	2,00+
Preço de Seguro(R\$):	2,00	

Valor Declarado não solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor, faça seguro,
declarando o valor do objeto.

VALOR EM DINHEIRO(R\$): 51,60
VALOR RECEBIDO(R\$)=> 52,00

PREÇO(R\$)=====> 0,40

SERV. POSTAIS: DEBITOS E DEVERES 411 6530/78

End. Capital e Regiões Metrop. 4000100
End. Localidade: 4000100/000 Regiões e
Reclamações: 0500/0100

VIA-CLIENTE SARA 6.1.01